

**RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU****DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA****Kadri SIMSON****Comissária indigitada para a Energia****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

**Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

O meu trabalho na Estónia enquanto ministra dos Assuntos Económicos e das Infraestruturas, em que fui igualmente responsável pela política energética, proporcionou-me bastantes oportunidades para demonstrar o meu empenho em promover o interesse europeu e reforçar a UE. Orgulho-me de, em 2017, ter contribuído ativamente para o êxito da primeira Presidência estónia do Conselho, na qual ajudei a definir as prioridades da Presidência, presidi às reuniões do Conselho e mantive um diálogo aprofundado com o Parlamento Europeu no quadro das negociações legislativas. Acredito ter desempenhado um papel fundamental na procura de acordos sobre dossiês importantes para os cidadãos e para a União Europeia no seu conjunto, nomeadamente no que se refere ao pacote Energias Limpas para Todos os Europeus. Assim, considero ter as qualificações e a experiência profissional adequadas para ser membro da Comissão Europeia e dar um contributo positivo para o seu trabalho nos próximos cinco anos.

O que me motiva é o trabalho que tenho feito nos últimos 16 anos no meu país enquanto deputada e ministra, bem como a experiência pessoal de ter crescido como cidadã europeia num país que trabalhou arduamente para poder aderir à União Europeia e beneficiou bastante da adesão.

Caso seja confirmada como membro da Comissão, contribuirei para a estabilidade e o progresso da Europa através da aplicação das políticas e projetos da União, como acordado com o Parlamento Europeu e o Conselho. A minha ação como membro da Comissão responsável pela energia será norteadas pelas prioridades estabelecidas para a futura Comissão nas orientações políticas que a presidente eleita Ursula von der Leyen apresentou perante o Parlamento Europeu, em julho de 2019.

Acredito firmemente que a liderança da transição para uma economia e uma sociedade com impacto neutro no clima, que estará no centro do mandato da nova Comissão, constitui uma oportunidade extraordinária para a Europa. A energia desempenha um papel fundamental

nesta transição. Terei de, juntamente com o vice-presidente executivo indigitado Frans Timmermans e os meus colegas, conceber e propor políticas ao Parlamento Europeu e ao Conselho que permitam à Europa alcançar o impacto neutro no clima até 2050.

Comprometo-me a aplicar as orientações políticas e trabalharei com o Parlamento Europeu e o Conselho para assegurar que estas prioridades sejam transformadas em ações concretas para benefício de todos os cidadãos europeus. Na minha ação quotidiana, lutarei para construir uma Europa onde impere a união, a integração e a inclusão. Abordaremos os desafios climáticos e energéticos com ambição e coragem, satisfazendo as necessidades de todos, tanto nas cidades como nas zonas rurais, quer sejam do leste, do norte, do sul ou do oeste.

Como membro da primeira Comissão Europeia liderada por uma mulher, prestarei especial atenção ao reforço da integração da perspetiva de género. Este princípio está consagrado no artigo 8.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), segundo o qual «[n]a realização de todas as suas ações, a União terá por objetivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres». A presidente eleita colocou a igualdade de género como uma prioridade do seu programa e comprometeu-se a dar o exemplo, constituindo uma Comissão totalmente equitativa em termos de género. Tenciono aplicar o mesmo princípio à minha equipa e garantirei uma igual representação de homens e mulheres no meu gabinete. Estou igualmente empenhada em contribuir para a iniciativa «Sem mulheres, sem debate», lançada em fevereiro de 2019. A integração da perspetiva de género implica igualmente ter em consideração, na fase de preparação de qualquer nova iniciativa, o impacto dessa iniciativa no papel das mulheres na economia e na sociedade em geral. Nesta matéria, há ainda muito a fazer no domínio da política energética. A título de exemplo, o Parlamento Europeu publicou recentemente um estudo que demonstra que a pobreza energética afeta mais as mulheres que os homens. Além disso, segundo estudos recentes, a percentagem de mulheres no setor da energia a nível mundial é, em média, de 22 % no setor do petróleo e do gás e de 32 % nas energias renováveis. Estou pronta para colaborar com o Parlamento, as partes interessadas e as organizações da sociedade civil para alterar esta situação.

Tenciono desempenhar as minhas funções de membro da Comissão com o mesmo espírito de serviço público que norteou as minhas anteriores experiências políticas. Assim, posso assumir já hoje o compromisso de, desde a minha nomeação, cumprir integralmente as obrigações decorrentes do Tratado em matéria de independência e transparência, imparcialidade e disponibilidade, como previstas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do TFUE, e a obrigação respeitante ao segredo profissional prevista no artigo 339.º do TFUE. Respeitarei os princípios de ética enunciados nesses artigos e no Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia.

Tendo exercido o cargo de ministra num Governo, a minha situação pessoal no âmbito organizacional e financeiro foi exaustivamente escrutinada e disponibilizei a minha declaração de interesses ao Parlamento Europeu. Comprometo-me a atualizá-la rapidamente, caso tenha de ser alterada. Se for confirmada no cargo de membro da Comissão, respeitarei inteiramente a letra e o espírito do Tratado, em especial a obrigação de agir no interesse europeu e sem aceitar quaisquer instruções. Respeitarei e honrarei a letra e o espírito do Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia e comprometer-me-ei com os mais elevados níveis de transparência e ética no meu trabalho como membro da Comissão.

## **2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu**

**De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?**

Caso seja confirmada como membro da Comissão, assumirei totalmente a responsabilidade política pelas atividades na minha área de competência, tal como estabelecido na carta de missão que a presidente eleita me enviou em 10 de setembro. Atribuo grande importância ao princípio da colegialidade e colaborarei plenamente com outros membros da Comissão. No meu trabalho quotidiano, respeitarei os métodos de trabalho da nova Comissão, que assentam nos princípios da inclusão e da cooperação leal entre todos os seus membros.

Uma vez que a energia tem um papel central a desempenhar na concretização do Pacto Ecológico Europeu, e dado que muitos dos elementos neste âmbito estão estreitamente interligados, apostarei na coordenação e na cooperação para assegurar que definimos políticas coerentes e bem concebidas. Procurarei, em especial, cooperar estreitamente com o vice-presidente executivo indigitado para o Pacto Ecológico Europeu, Frans Timmermans. Participarei ativamente no grupo de membros da Comissão por ele presidido, que dirigirá e coordenará o trabalho neste domínio. Participarei igualmente nas equipas de projeto criadas pelos membros da Comissão para definir novas iniciativas específicas. Defenderei a dimensão da política energética nos debates da Comissão, incluindo nas relações externas, em consonância com o espírito de uma «Comissão geopolítica». Dedicarei uma atenção especial à preservação e desenvolvimento das sinergias entre as diferentes partes dos serviços da Comissão que trabalham em dossiês relacionados com a energia, já que considero que uma abordagem coordenada é a melhor garantia de obtenção de resultados.

Tenciono participar ativamente e ouvir as partes interessadas externas, nomeadamente a sociedade civil e as organizações não governamentais, prosseguindo e reforçando, sempre que possível, os mecanismos de consulta e os fóruns já existentes no domínio da energia. Tenciono igualmente dialogar com os cidadãos e assegurar que a União Europeia e as suas políticas sejam mais bem compreendidas, em especial no meu país de origem. Visitarei todos os Estados-Membros durante a primeira metade do meu mandato.

Estou plenamente consciente da importância da igualdade de tratamento do Parlamento e do Conselho, bem como da parceria especial entre o Parlamento e a Comissão. Estarei particularmente atenta ao pleno respeito das disposições importantes do Acordo-Quadro de 2010 entre as duas instituições, na área sob minha responsabilidade.

Enquanto antiga deputada, prezo o diálogo democrático com o Parlamento Europeu. Comprometo-me a colaborar proativamente com o Parlamento Europeu em todas as fases dos processos políticos e legislativos, incluindo a participação nos trílogos, e estar pronta para comparecer perante o Parlamento Europeu sempre que for chamada. Velarei por que o Parlamento Europeu seja regularmente informado, nomeadamente sobre assuntos correntes da minha pasta. Trabalharei em estreita colaboração com as comissões competentes e estarei

presente e ativa durante a preparação de resoluções que solicitem a iniciativa legislativa da Comissão.

A presidente eleita apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu. Comprometeu-se a que os membros da Comissão tenham em conta as resoluções do Parlamento aprovadas por maioria dos seus membros com um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e da melhor legislação. Apoio integralmente este objetivo e tenciono colaborar com o Parlamento em todas as fases das resoluções previstas no artigo 225.º do TFUE.

A transparência é uma prioridade desta Comissão. Publicarei, nas respetivas páginas Web, todos os contactos e reuniões que realize com organizações profissionais ou trabalhadores independentes sobre quaisquer assuntos relativos à elaboração e aplicação das políticas da UE, em conformidade com as normas da Comissão aplicáveis. Colaborarei com o Parlamento de forma transparente, num espírito de lealdade, confiança mútua e cooperação.

**3a) Quais são as principais prioridades que tenciona implementar para cumprir plenamente as cinco dimensões da União da Energia (segurança energética; mercado interno da energia; eficiência energética; descarbonização; investigação, inovação e competitividade)?**

A União da Energia constitui uma base sólida para levar por diante a política energética no decurso do meu mandato, em conformidade com as orientações políticas da presidente eleita. Proporciona o equilíbrio adequado entre a sustentabilidade, a segurança do abastecimento e a acessibilidade económica, garantindo a aceitação e a participação dos cidadãos em toda a União. Procurarei manter este equilíbrio e prosseguir o trabalho realizado nas cinco dimensões da União da Energia no quadro do Pacto Ecológico Europeu. Agirei no sentido de assegurar que a descarbonização do sistema energético produz resultados para todos os cidadãos e todas as regiões. Os europeus devem ter acesso a energia economicamente acessível, segura, fiável e limpa.

A minha primeira prioridade será concluir a União da Energia em todas as suas cinco dimensões, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros.

Nos últimos anos, registaram-se progressos claros a este respeito, que não teriam sido possíveis sem o apoio do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros. Foi aprovada nova legislação, com um enquadramento que propicia a abordagem das questões económicas, sociais, ambientais e industriais. Neste contexto, a Governação da União da Energia constitui um instrumento fundamental para assegurar a realização de todas as cinco dimensões da União da Energia por meio dos planos nacionais em matéria de energia e clima e, acima de tudo, cumprir os nossos grandes objetivos em matéria de energias renováveis e de eficiência energética. Os planos nacionais, os relatórios intercalares e os relatórios anuais sobre o Estado da União da Energia serão a base para o acompanhamento político por parte do Parlamento Europeu e do Conselho. Constituirão também a base para o intercâmbio de boas práticas na União e entre os Estados-Membros, bem como um quadro para o diálogo com os cidadãos e as partes interessadas. Devemos igualmente assegurar a cooperação regional entre os Estados-Membros e uma participação intensa das partes interessadas e dos cidadãos.

A realização das cinco dimensões da União da Energia depende da plena aplicação do acervo em matéria de energia e, em especial, do pacote Energias Limpas para Todos os Europeus. No

domínio do mercado interno da energia, as novas regras para os mercados grossistas e retalhistas da eletricidade visam assegurar a realização eficaz em termos de custos das nossas ambições e a participação dos consumidores, exigindo uma ação a nível nacional e transnacional. Um exemplo importante é o reforço do comércio transfronteiriço de eletricidade, em benefício dos consumidores e da segurança do abastecimento, que exigirá um acompanhamento rigoroso para assegurar que os Estados-Membros cumpram as disposições previstas no novo Regulamento Eletricidade, a fim de maximizar a capacidade de interligação disponível para o mercado.

A existência de mercados abertos e concorrenciais na Europa é a forma mais eficaz de garantir uma energia de baixas emissões a preços acessíveis. O bom funcionamento dos mercados da eletricidade e do gás, que se baseia numa concorrência leal entre os fornecedores de energia a nível transfronteiriço, na participação dos consumidores e na integração das energias renováveis, ajudar-nos-á a tornar realidade um setor energético descarbonizado, competitivo e inovador. Para que seja possível proporcionar maiores benefícios aos consumidores, é necessário resolver as ligações em falta no sistema energético e abordar as novas tendências nos nossos mercados.

A eliminação de subvenções desnecessárias às centrais de combustíveis fósseis com maior utilização de carbono ao abrigo dos mecanismos de capacidade é outra disposição fundamental do novo Regulamento Eletricidade que favorecerá a transição e exigirá um acompanhamento atento. No contexto da legislação em matéria de segurança do abastecimento, acompanharei também a plena aplicação das disposições sobre solidariedade transfronteiriça.

Tratarei de intensificar a nossa ação para descarbonizar o setor da energia. O pacote Energias Limpas já proporciona uma base sólida para a ação e o acompanhamento feito pela Comissão aos progressos realizados, que é publicado na comunicação anual sobre a União da Energia, permitirá chamar a atenção para os domínios em que são necessárias medidas adicionais, quer a nível da União quer a nível dos Estados-Membros. Com base neste acompanhamento, e tendo em conta o plano global de aumentar, até 2021, a meta da UE, estabelecida para 2030, para 55 %, de forma responsável, equacionarei a necessidade de rever a legislação no domínio da energia.

Garantir que o princípio da primazia da eficiência energética seja aplicado em todos os domínios estará na primeira linha das preocupações. Analisarei a forma de melhorar o desempenho energético dos edifícios e aumentar as taxas de renovação. Proporei igualmente iniciativas baseadas nas novas e consistentes informações dos planos nacionais em matéria de energia e clima e dos respetivos relatórios de progresso. A este respeito, dedicar-me-ei também à integração inteligente dos setores da eletricidade, da construção, do aquecimento e do arrefecimento, dos transportes e da indústria.

Avaliarei o papel do gás, nomeadamente dos gases descarbonizados, como o hidrogénio, na transição para uma economia com impacto neutro no clima.

A União da Energia permaneceria incompleta na ausência de mais progressos em matéria de investigação, inovação e competitividade. Neste domínio, será importante coordenar melhor as nossas políticas com os Estados-Membros, a fim de assegurar que tecnologias limpas, como o armazenamento, o hidrogénio e as baterias, sejam mais desenvolvidas e apoiem a competitividade da Europa, mantendo partes significativas da cadeia de valor na União. Analisarei, com outros membros da Comissão, a forma de garantir que a União lidera a

investigação e a inovação ao serviço da transição para as energias limpas. Vou continuar a explorar as potencialidades do Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas.

Para além destas prioridades, precisamos de colher os benefícios da União da Energia a nível internacional, prosseguindo a transição para as energias limpas em conformidade com o Acordo de Paris, incentivando, ao mesmo tempo, outros grandes emissores a aumentar o nível da sua ambição e criando oportunidades de investimento para o setor energético europeu em países terceiros. Para garantir a segurança energética da União, é necessário reforçar a dimensão externa da União da Energia e, neste contexto, avaliarei igualmente a forma de diversificar as fontes de abastecimento de gás natural a preços competitivos explorando, em especial, as potencialidades do gás natural liquefeito.

**3b) Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas, incluindo instrumentos financeiros, que tenciona apresentar no âmbito do seu mandato e, em especial, no âmbito do «Pacto Ecológico Europeu», que deve ser apresentado nos primeiros 100 dias do mandato da nova Comissão? Quais seriam os principais conteúdos e o calendário dessas iniciativas?**

Contribuirei para os trabalhos do grupo de comissários do Pacto Ecológico Europeu sob a orientação do vice-presidente executivo responsável e em colaboração com os meus colegas.

Uma vez que a energia representa cerca de 75 % das emissões de gases com efeito de estufa da UE, a política energética será fundamental para cumprir as metas climáticas, que constituem uma parte essencial do Pacto Ecológico Europeu. O Pacto fornecerá o enquadramento geral para a aplicação das políticas em matéria de clima e energia nos próximos anos. A minha atuação consistirá em assegurar que a transição para a descarbonização do setor da energia contribua para o cumprimento do objetivo da neutralidade climática, garantindo simultaneamente a segurança do abastecimento e a acessibilidade económica dos serviços. As políticas energéticas e climáticas podem reduzir a pegada ambiental do abastecimento e do consumo de energia, por exemplo contribuindo para a melhoria da qualidade do ar.

Em primeiro lugar, a Comissão terá de estabelecer, nos primeiros 100 dias, um roteiro para a neutralidade climática até 2050. O instrumento fundamental será a adoção de legislação europeia em matéria de clima que consagre no direito da UE a meta da neutralidade climática até 2050, que será acompanhada por uma proposta legislativa relativa ao Fundo para a Transição Justa. Contribuirei ativamente para a elaboração destas propostas sob a direção e coordenação do vice-presidente executivo indigitado, Frans Timmermans.

Atribuo grande importância a que a transição para a neutralidade climática seja uma transição justa para todos. Nem todos os Estados-Membros e regiões partem do mesmo ponto nem serão afetados na mesma medida. A transição será mais difícil e onerosa para os que dependem fortemente do carvão ou das indústrias com emissões elevadas, e para as ilhas que devem abandonar os combustíveis fósseis no seu abastecimento de eletricidade.

Ninguém deve ser deixado para trás durante a transição. Este princípio constitui igualmente uma premissa para a solidificação de um apoio mais amplo ao objetivo da neutralidade climática. O Fundo para a Transição Justa visará, por conseguinte, apoiar o desenvolvimento de estratégias de reestruturação nas regiões mais afetadas através do financiamento de

projetos específicos que facilitem a transição para tecnologias de baixas emissões e a atenuação do seu impacto social e económico.

Além disso, a presidente eleita tenciona apresentar um plano global para reforçar a meta da União Europeia de redução das emissões de gases com efeito de estufa, estabelecida para 2030, passando-a para 50 % ou, possivelmente, 55 %, de forma responsável. Este aspeto está diretamente relacionado com o setor da energia e com as políticas da pasta da Energia.

É provável que um aumento da ambição exija investimentos mais elevados, uma quota superior de energias renováveis no cabaz energético e esforços adicionais em matéria de eficiência energética. Assim, avaliaremos a necessidade de rever a legislação à luz da ambição acrescida do Pacto Ecológico Europeu com base numa avaliação de impacto exaustiva. Para tal, solicitarei aos serviços sob minha direção que iniciem um processo robusto de avaliação de impacto, nomeadamente analisando os planos nacionais em matéria de energia e clima e o seu nível de ambição no que diz respeito, em especial, às metas para 2030 em matéria de energias renováveis e de eficiência energética.

Simultaneamente, empenhar-me-ei em assegurar a plena aplicação do pacote energético. As visitas que pretendo efetuar aos Estados-Membros na primeira metade do mandato da Comissão visarão o estabelecimento de diálogos sobre a aplicação tendo em vista identificar e proceder ao intercâmbio de boas práticas, com base, entre outros, em temas essenciais da transição energética identificados nos planos nacionais em matéria de energia e clima.

Quando estes alicerces estiverem consolidados, promoverei outras iniciativas no decurso do mandato que contribuam para o Pacto Ecológico Europeu. Considero, em especial, que o bom funcionamento dos mercados integrados e a eficiência energética serão alavancas fundamentais para promover a neutralidade climática, como referi na resposta à questão 3a.

Em colaboração com os meus colegas, procurarei igualmente assegurar que o Plano de Investimento para uma Europa Sustentável e a estratégia para o financiamento verde promovam a transição em consonância com as necessidades do setor da energia. Com base nos ensinamentos retirados da iniciativa Financiamento Inteligente para Edifícios Inteligentes e de outros instrumentos para a eficiência energética (Fundo Europeu para a Eficiência Energética, instrumento de financiamento privado para a eficiência energética), contribuirei para a aplicação de novos instrumentos financeiros no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual, nomeadamente através do InvestEU. Os novos instrumentos financeiros devem também dirigir-se às PME e facilitar o acesso das empresas de serviços energéticos ao mercado.

Facilitar a integração inteligente dos setores da eletricidade, da construção, do aquecimento e do arrefecimento, dos transportes e da indústria pode acelerar a utilização de energias limpas em toda a economia. Para explorar estas possibilidades, defenderei a integração inteligente dos setores da eletricidade, do aquecimento, dos transportes e da indústria.

Para assegurar uma capacidade de produção adequada, comprometo-me a colaborar estreitamente com os Estados-Membros, designadamente no contexto de grupos de alto nível que reforçarão a cooperação regional baseada nos planos nacionais em matéria de energia e clima. Tenciono promover ativamente as sinergias entre os diferentes grupos de cooperação regional na prossecução dos objetivos gerais do Pacto Ecológico Europeu.

O aumento da ambição para a redução das emissões até 2030 implicará também uma maior celeridade na conclusão e na modernização das redes de energia.

Colaborarei com outros membros da Comissão no Plano de Ação para a Economia Circular, em especial sobre questões relacionadas com o setor da construção e as tecnologias de energias limpas estratégicas, incluindo a conceção ecológica e a rotulagem energética.

Como já referi, avaliarei o papel do gás na transição para uma economia neutra em termos de carbono e para a segurança do abastecimento, e como garantir o bom funcionamento do mercado do gás em benefício de todos, em especial dos consumidores.

Durante o meu mandato, a proteção dos consumidores vulneráveis e a luta contra a pobreza energética serão domínios prioritários: estes objetivos estão estreitamente relacionados com uma economia ao serviço das pessoas, o empenho no combate à pobreza e a aplicação plena do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A competitividade do setor das tecnologias de baixas emissões merecerá uma atenção prioritária, nomeadamente no contexto da estratégia a longo prazo para o futuro industrial da Europa. Abordarei a dimensão internacional do Pacto Ecológico com uma diplomacia forte em matéria de energia e clima, em especial através de diálogos bilaterais sobre energia com os principais emissores e promovendo a utilização de tecnologias de energias limpas desenvolvidas na UE em países terceiros.

### **3c) Como tenciona aplicar, na prática, o princípio «One In, One Out» no que respeita às propostas legislativas no domínio da União da Energia?**

A Comissão desenvolverá um novo instrumento para cumprir o princípio «One in, One Out». Todas as propostas legislativas que introduzam novos encargos deverão dispensar as pessoas e as empresas de encargos equivalentes existentes na UE no mesmo domínio de intervenção. O novo instrumento será aplicado a todo o domínio de intervenção, indo, portanto, além de cada ato legislativo que estabeleça novos encargos. Tal assegurará que os objetivos políticos gerais são alcançados de forma eficiente e com um mínimo de encargos e que a Comissão se reserva a possibilidade de agir quando necessário. Velarei por que este princípio se torne uma componente fundamental do programa para a energia.

Foram já tomadas algumas medidas nesse sentido no âmbito do Regulamento Governação da União da Energia e da Ação Climática. A introdução dos planos nacionais em matéria de energia e clima, em especial, contribuiu para integrar e racionalizar a maior parte dos requisitos de planeamento energético e climático dos Estados-Membros, bem como as obrigações de acompanhamento da Comissão, reduzindo assim os encargos administrativos desproporcionados.

Um domínio concreto em que é necessário reduzir os encargos é o das obrigações em matéria de comunicação de informações sobre a energia e o clima. Como demonstra o exemplo do Regulamento relativo à Governação da União da Energia, o nosso objetivo continuará a ser a racionalização das obrigações de comunicação decorrentes da legislação da UE nos domínios da energia, do clima e outros relacionados com a União da Energia, visando uma simplificação ainda maior. A Comissão colaborará igualmente com os Estados-Membros para assegurar que a transposição do pacote Energias Limpas para Todos os Europeus não crie encargos administrativos desnecessários.



Em consonância com os exemplos acima referidos, considerarei o princípio «One In, One Out» como princípio orientador de qualquer nova proposta legislativa relacionada com a União da Energia, para assegurar uma maior integração das políticas energéticas e a coerência global do acervo em matéria de energia. As nossas propostas serão baseadas em factos, objeto de amplas consultas, sujeitas a uma avaliação de impacto e revistas pelo Comité de Controlo da Regulamentação independente. Garantirei igualmente que as nossas propostas cumprem os princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade e demonstram claramente os benefícios da ação a nível europeu.

**3d) Além disso, como tenciona assegurar a aplicação plena e efetiva da legislação em vigor no domínio da energia, em especial o pacote «Energia Limpa para todos os Europeus»? Que meios e medidas concretas introduzirá para garantir a aplicação e o cumprimento do acervo da UE pelos Estados-Membros?**

A aplicação plena e correta de todo o acervo em matéria de energia é fundamental para o êxito da União da Energia e do Pacto Ecológico Europeu. A Comissão, na sua qualidade de guardião dos Tratados, tem por missão acompanhar a aplicação integral e correta da legislação. Empenhar-me-ei na prestação de apoio e orientação regulares aos Estados-Membros sobre a aplicação de todo o acervo em matéria de energia e comprometo-me a tomar medidas coercivas, incluindo, se necessário, procedimentos de infração, para garantir que os Estados-Membros aplicam plenamente a legislação em matéria de energia e respeitam o direito da UE.

O pacote Energias Limpas para Todos os Europeus e o pacote sobre segurança energética consistem em várias diretivas e regulamentos que entraram recentemente em vigor. A aplicação deste pacote legislativo deverá permitir aproveitar as eventuais sinergias no âmbito das políticas energética e climática, num espírito de cooperação com os Estados-Membros; promover a utilização eficaz em termos de custos das energias renováveis, promovendo simultaneamente um papel ativo dos consumidores; impulsionar os esforços para reduzir o consumo de energia, reduzir as importações de gás e criar novos empregos. As novas regras para os mercados grossista e retalhista são adequadas à realização eficaz em termos de custos das nossas ambições e, ao mesmo tempo, à participação mais ativa dos consumidores. A Governança da União da Energia e da Ação Climática por meio dos planos nacionais integrados em matéria de energia e clima constitui um instrumento abrangente para orientar e acompanhar a transição e tirar o máximo partido das sinergias no âmbito das políticas energéticas e climáticas, num espírito de cooperação com os Estados-Membros. Outras iniciativas legislativas, como os regulamentos relativos à segurança do abastecimento de gás e à preparação para os riscos, reforçaram a segurança energética.

Os regulamentos são diretamente aplicáveis nos Estados-Membros a partir da data de entrada em vigor, ao passo que as diretivas exigem que os Estados-Membros façam a sua transposição para o direito nacional num prazo estabelecido. Dada a relevância do pacote Energias Limpas, a Comissão tem apoiado os Estados-Membros desde a sua entrada em vigor para assegurar a melhor aplicação possível antes do termo do prazo de transposição. Os serviços sob minha responsabilidade e eu própria continuaremos a proceder a diálogos sistemáticos com os Estados-Membros para promover boas práticas na aplicação dos planos nacionais em matéria de energia e clima e para assegurar uma transposição rigorosa da legislação nestas matérias.

Tenciono apoiar os Estados-Membros através da realização de ações concertadas, reuniões regulares, orientações de aplicação e diálogos continuados, tanto a nível político como técnico. No que se refere, em especial, ao regulamento relativo à governança, que constitui

uma parte essencial do pacote uma vez que visa assegurar a realização dos objetivos para 2030, incentivarei os serviços sob minha responsabilidade para que prossigam os contactos com os Estados-Membros num grupo de trabalho técnico. Aplicámos este método no apoio aos Estados-Membros para a elaboração dos planos e continuaremos a aplicá-lo para acompanhar de perto a respetiva execução. Desta forma, os Estados-Membros poderão proceder ao intercâmbio de boas práticas e obter orientações pormenorizadas da Comissão sobre todas as disposições do regulamento.

Utilizarei as visitas a todas as capitais para conseguir a plena e efetiva aplicação do acervo energético e promover boas práticas na aplicação dos planos nacionais em matéria de energia e clima através de instrumentos políticos eficazes e de uma abordagem integrada em todo o sistema energético.

Aproveitarei os planos nacionais em matéria de energia e clima e os relatórios periódicos sobre o estado da União da Energia para estabelecer um diálogo estreito com os Estados-Membros. Tenciono acompanhar de perto os progressos na consecução das metas para 2030 e informar regulamente o Parlamento Europeu e o Conselho sobre os mesmos.

### **3e) Como irá garantir a consecução dos objetivos de 2030 em matéria de eficiência energética, energias renováveis e interligação elétrica?**

Garantir a ambição e a concretização, explorar as sinergias entre as diferentes políticas e estabelecer uma estreita cooperação com os Estados-Membros na aplicação das nossas políticas: estes são os princípios fundamentais que vão possibilitar a realização das metas da União para 2030. A Governação da União da Energia e da Ação Climática define a forma de pôr em prática estes princípios por meio de um processo de planeamento, aplicação e acompanhamento da transformação do setor da energia e da economia em geral. O objetivo deste processo é o estabelecimento de metas, políticas e medidas que permitam à UE cumprir os objetivos da União da Energia em todas as cinco dimensões e, em especial, as metas em matéria de energia e clima para 2030. Tanto o Parlamento como o Conselho têm um papel claro no acompanhamento político destes objetivos.

Os planos nacionais em matéria de energia e clima, elemento fundamental do processo de governação, constituem uma oportunidade sem precedentes para explorarmos em conjunto as sinergias entre domínios de intervenção e adotarmos uma verdadeira abordagem holística de governação integrada. Há claramente sinergias, em especial no que se refere aos objetivos para 2030 em matéria de eficiência energética, energias renováveis e interligação elétrica. Quanto menos energia consumirmos, menos capacidade de produção precisaremos de instalar. Quanto mais interligados e competitivos forem os mercados da eletricidade, melhor conseguiremos utilizar as energias renováveis em toda a União e canalizar os seus benefícios para os consumidores. Por conseguinte, estou totalmente empenhada em prosseguir esta abordagem de governação integrada com os Estados-Membros na consecução das metas da União para 2030.

Os projetos de planos nacionais em matéria de energia e clima dos Estados-Membros apresentam uma estratégia sobre o respetivo contributo para o cumprimento das metas da UE para 2030 e para outras dimensões da União da Energia. Estes projetos têm algumas lacunas importantes em termos de ambição para 2030, no que diz respeito à meta da União em matéria de energias renováveis. Em vários casos, os Estados-Membros também não abordaram adequadamente a meta de interligação para 2030. Com base nesta avaliação, a Comissão

recomendou aos Estados-Membros que aumentassem os seus níveis de ambição para atingir os objetivos para 2030, num espírito de solidariedade.

Até ao final do presente ano, darei o apoio necessário à presidência do Conselho e aos Estados-Membros nos seus esforços para colmatar as lacunas entre os contributos nacionais e as metas mínimas da União para 2030. Colmatar as lacunas de ambição em matéria de energias renováveis e de eficiência energética também reduziria as emissões de gases com efeito de estufa e ajudaria a cumprir as metas nacionais vinculativas de redução das emissões para setores fora do sistema de comércio de licenças de emissão da UE. Se a avaliação dos planos nacionais finais em matéria de energia e clima confirmar a existência de lacunas e a ausência de políticas e medidas de apoio aos níveis de ambição nacionais, equacionarei medidas para colmatar essas lacunas.

No seguimento das prioridades apresentadas pela presidente eleita para o Pacto Ecológico Europeu, os Estados-Membros devem igualmente reavaliar e melhorar a utilização do potencial nacional inexplorado.

Simultaneamente, acompanharei a realização das metas para 2020 em matéria de energia, que constituem um marco fundamental no trajeto até 2030. A União não está no bom caminho para cumprir a meta para 2020 de melhorar a eficiência energética em 20 %, mas está bem colocada para cumprir a meta em matéria de energias renováveis. Para o período após 2020, os Estados-Membros serão instados a manter, no mínimo, a respetiva meta nacional. Tendo em consideração que podemos retirar ensinamentos das nossas políticas, solicitarei aos serviços a célere avaliação *ex post* das políticas e medidas adotadas para cumprir as metas em matéria de eficiência energética e de energias renováveis para 2020. Esta avaliação traduzir-se-á num diálogo com os Estados-Membros sobre a forma de melhorar a execução e complementar as medidas destinadas a colmatar eventuais lacunas na consecução das metas para 2030, a avaliação pela Comissão dos progressos realizados, os relatórios sobre o estado da União da Energia e os diálogos com os investidores sobre o financiamento necessário para cumprir as metas para 2030. Os instrumentos disponíveis no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual apoiarão a concretização dos níveis de ambição para 2030.

**4a) Que iniciativas concretas prevê no domínio da energia, em especial no que se refere aos objetivos para 2030 em matéria de eficiência energética e energias renováveis, de modo a cumprir a ambição definida nas orientações políticas para a próxima Comissão Europeia, ou seja, reduzir as emissões em, pelo menos, 50 % até 2030, e aumentar o objetivo da União de 2030 para 55 % de forma responsável?**

A meta definida para 2030 é reduzir as emissões em, pelo menos, 40 %, e toda a legislação para cumprir este objetivo já está em vigor. A plena aplicação da legislação em causa, como a Diretiva Eficiência Energética, a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios, a Diretiva Energias Renováveis, a Diretiva Partilha de Esforços e a Diretiva Sistema de Comércio de Licenças de Emissão, deverá conduzir a reduções de cerca de 45 %, até 2030, das emissões de gases com efeito de estufa da UE-28.

Para cumprir a ambição estabelecida nas orientações políticas de reduzir as emissões em, pelo menos, 50 % até 2030, é essencial garantir, em primeiro lugar, a plena aplicação do pacote Energias Limpas para todos os Europeus, nomeadamente pela adoção dos atos terciários necessários.

Os Estados-Membros concluirão os seus planos nacionais em matéria de energia e clima até ao final do corrente ano. Afianço que a Comissão Europeia se empenhará para que assim seja. Devemos congregiar todas as vontades para tirar o máximo partido das sinergias, incluindo a nível regional. Além disso, estou também totalmente empenhada em avaliar os níveis de ambição dos planos nacionais finais em matéria de energia e clima.

No momento presente, já há condições para incentivar os Estados-Membros a aumentar as suas ambições em matéria de eficiência energética e energias renováveis. As metas recentemente acordadas para 2030 em matéria de eficiência energética (32,5 %) e energias renováveis (32 %) são metas mínimas. A Comissão forneceu orientações para a finalização dos planos nacionais em matéria de energia e clima por meio da comunicação «Juntos para concretizar a União da Energia e a Ação Climática – Definindo os alicerces da transição bem sucedida para energias limpas» e das recomendações conexas dirigidas aos Estados-Membros. Os Estados-Membros foram convidados a reforçar a sua ambição e a ser claros quanto às políticas para concretizá-la.

Apesar de todos estes esforços, poderá ser necessária maior ambição no que se refere às metas da UE para 2030. Quero que os serviços sob a minha responsabilidade iniciem uma análise sobre uma eventual necessidade de revisão da legislação no domínio da energia, decorrente do reforço da ambição para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 50 % até 2030, com a possibilidade de aumento da meta para 55 % de forma responsável. Para tal, iremos proceder a uma avaliação exaustiva dos impactos económicos, sociais e ambientais, realizar amplas consultas junto das partes interessadas e garantir a plena participação dos Estados-Membros.

Qualquer aumento do nível de ambição terá de ser concretizado conjuntamente pelo setor da energia e outros setores da economia. O setor da energia pode apoiar a descarbonização em alguns desses setores, nomeadamente através das soluções de energias limpas.

Iniciativas que visassem facilitar a integração inteligente dos setores da eletricidade, da construção, do aquecimento e arrefecimento, dos transportes e da indústria (também conhecidas por integração setorial e acoplamento de setores) contribuiriam para acelerar a transição para as energias limpas e a descarbonização da economia europeia. Ao mesmo tempo, redes de energia mais inteligentes, descentralizadas, digitalizadas e mais abertas permitir-nos-ão fornecer novos serviços energéticos sustentáveis a consumidores mais participativos. De um modo mais geral, as iniciativas mencionadas noutras respostas contribuirão para alcançar o objetivo a longo prazo da neutralidade climática.

#### **4b) Como irá garantir que a Europa siga o princípio da eficiência energética em primeiro lugar, tal como referido na sua carta de missão?**

O princípio da primazia da eficiência energética está finalmente consagrado no nosso acervo em matéria de energia. Agora, devemos proceder à sua aplicação. Na carta de missão, a presidente eleita indicou que me cabe trabalhar para que a Europa aplique sempre o princípio da primazia da eficiência energética. Todo o sistema energético terá de contribuir para que nos tornemos a primeira economia com impacto neutro no clima, e o princípio da primazia da eficiência energética será determinante para apoiar estes esforços.

Neste contexto, pretendo analisar a forma como a Europa pode melhorar significativamente o desempenho energético dos edifícios e aumentar as taxas de renovação. As taxas de

renovação muito mais elevadas são essenciais para reduzir o consumo de energia e as emissões neste setor.

Os serviços sob a minha responsabilidade irão também analisar formas de melhorar a aplicação do princípio da primazia da eficiência energética na tomada de decisões sobre investimentos em infraestruturas energéticas. Analisarão igualmente como este princípio poderá contribuir para o mercado interno da energia ou resolver as questões relativas à segurança do abastecimento.

É também importante analisar devidamente o lado da procura de energia, uma vez que a eficiência energética pode ser uma solução mais fácil e mais eficaz em termos de custos, com benefícios suplementares para a saúde e bem-estar dos cidadãos europeus. Por conseguinte, os sistemas e ações para moderar a procura de energia devem ser devidamente analisados sempre que sejam mais eficientes em termos de custos.

Todas estas medidas requerem uma base analítica sólida e uma avaliação adequada do potencial de economias de energia, de modo a que a opção pela eficiência energética seja tecnicamente informada. Serão necessários mais dados, especialmente sobre o parque imobiliário da UE, bem como valores de referência para tecnologias, produtos e serviços eficientes do ponto de vista energético. Incentivarei os serviços sob minha responsabilidade a prosseguirem a recolha e partilha dessas informações. Por último, gostaria de enfatizar os benefícios mais amplos da eficiência energética, em termos de criação de emprego, saúde ou aumento do nível de conforto. Uma utilização racional da energia deve fazer parte da mudança para que tenhamos consumidores e empresas conscientes do seu impacto no ambiente e no clima.

#### **4c) Como irá agir para garantir a consecução do objetivo de 2050 em matéria de neutralidade climática, referido nas orientações políticas, sem afetar o direito de cada Estado-Membro determinar o respetivo cabaz energético?**

A definição do cabaz energético é um direito soberano de cada Estado-Membro, pelo que existe no território da UE uma grande diversidade de cabazes energéticos. Esta flexibilidade e diversidade de escolha está bem patente na diversidade dos planos de ação nacionais para as energias renováveis e a eficiência energética até 2020, assim como nos planos dos Estados-Membros em matéria de energia e de clima para 2030.

A estratégia a longo prazo analisou as alternativas para o sistema energético assegurar a neutralidade carbónica. Essa análise mostra que é possível os Estados-Membros determinarem o seu próprio cabaz energético para descarbonizar e concretizar a transição energética, graças à grande variedade de trajetórias, tecnologias e tipos de combustível ao seu dispor.

Antecipar o planeamento para garantir a neutralidade climática até 2050 permitirá aos Estados-Membros, às empresas e aos cidadãos fazer escolhas e adaptar as respetivas trajetórias às circunstâncias nacionais, ao tecido industrial, aos recursos disponíveis ou às preferências dos consumidores. Mesmo nas áreas em que é difícil ou demasiado oneroso descarbonizar completamente, as emissões remanescentes poderão ser compensadas pelos sumidouros de carbono e pela captura e armazenamento de carbono.

Terei devidamente em conta as especificidades nacionais quando cooperar com os Estados-Membros no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, na aplicação do pacote Energias Limpas

para Todos os Europeus, nos planos nacionais em matéria de energia e clima, assim como nas estratégias a longo prazo. Os Estados-Membros poderão definir as trajetórias que considerarem mais eficazes em termos de custos para assegurar a neutralidade carbónica da UE.

**4d) Que medidas prevê para prestar apoio às pessoas mais afetadas e mais expostas pela transição para um sistema energético mais ecológico e eficiente? Que medidas concretas irá tomar para apoiar as regiões carboníferas e com utilização intensiva de carbono da Europa em transição? Neste contexto, como tenciona alinhar as suas atividades com as responsabilidades de outros comissários? Como irá garantir que as indústrias com utilização intensiva de energia, como a indústria siderúrgica, transitem para um modelo sem combustíveis fósseis no futuro?**

No âmbito do meu contributo para o Pacto Ecológico Europeu, procurarei assegurar que as comunidades mais afetadas pela transição para uma economia de baixas emissões nas regiões industriais, carboníferas e com uso intensivo de carbono, assim como as ilhas energéticas, beneficiam de apoio específico. Sob a coordenação do vice-presidente executivo indigitado Frans Timmermans contribuirei para a conceção e o funcionamento do Fundo para uma Transição Justa, a apresentar pela comissária indigitada Elisa Ferreira, a fim de abordar a repartição e o impacto geográfico da transição para a neutralidade climática.

Só conseguiremos assegurar a transição justa das regiões mais dependentes do carvão e do carbono e das ilhas energéticas se tirarmos partido de todos os fundos e instrumentos de apoio disponíveis a nível regional, nacional e europeu. É por essa razão que irei trabalhar em estreita colaboração com os outros comissários, nomeadamente com a comissária indigitada para a pasta Política de Coesão e Reformas, sob a orientação do vice-presidente executivo indigitado para o Pacto Ecológico Europeu.

Gostaria de salientar igualmente a importância da luta contra a pobreza energética, fenómeno que afeta atualmente 50 milhões de europeus. A legislação em matéria de Energias Limpas para Todos os Europeus, nomeadamente o Regulamento relativo à governação da União da Energia e a Diretiva Eletricidade, tem de ser rapidamente aplicada. Colaborarei com os Estados-Membros a fim de garantir que tomam medidas eficazes e atribuem a prioridade necessária à pobreza energética quando elaborarem e executarem os respetivos planos nacionais em matéria de energia e clima. Os regimes de obrigação de eficiência energética de quatro países, estipulando objetivos claros para responder a esta questão, constituem um bom exemplo. Do mesmo modo, procurarei assegurar que as estratégias nacionais de renovação urbana a longo prazo, exigidas pela Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios, contribuem para reduzir a pobreza energética, uma vez que a existência de edifícios mais eficientes permite aos cidadãos manterem o conforto interior no inverno reduzindo simultaneamente a sua fatura energética.

Tenciono ainda promover a partilha de boas práticas entre os Estados-Membros e prestar apoio às autarquias, tornando o Observatório da Pobreza Energética num instrumento consolidado do nosso trabalho e promovendo o Pacto de Autarcas.

Por último, prestarei atenção ao impacto que a transição climática pode ter nas indústrias com utilização intensiva de energia, acompanhando a evolução do setor e o seu nível de eficiência energética. Contribuirei ainda para os esforços envidados quanto à revisão da Diretiva relativa

à tributação da energia e ao imposto sobre o carbono nas fronteiras, conduzidos pelo comissário indigitado Paolo Gentiloni.

## **5. Que iniciativas concretas, incluindo instrumentos financeiros, prevê para aumentar a interconexão das redes de energia, a fim de concretizar plenamente o mercado interno da energia e melhorar a segurança energética da União?**

A existência de uma infraestrutura de rede de energia moderna, segura e inteligente é uma condição prévia para a criação de um mercado interno da energia integrado e competitivo, para a segurança do aprovisionamento e para a adoção em grande escala da energia proveniente de fontes renováveis. Tudo isto é essencial para o êxito do Pacto Ecológico Europeu.

Até 2030, a UE terá de efetuar investimentos superiores a 200 milhões de EUR em projetos de transporte, armazenamento e redes inteligentes de eletricidade. Trata-se de um valor 30 % superior aos investimentos que foram necessários na década anterior. Este forte aumento das necessidades de investimento é impulsionado pelo uso crescente da eletricidade em setores até agora dominados pelos combustíveis fósseis, nomeadamente os transportes e os sistemas de aquecimento e arrefecimento.

A política da UE para as redes transeuropeias de energia tem sido fundamental para a concretização dos projetos e investimentos necessários, que são o hardware necessário ao bom funcionamento dos mercados e à segurança energética. O Regulamento relativo à rede transeuropeia de energia (RTE-E), que abrange as redes de eletricidade, gás, petróleo e CO<sub>2</sub>, prevê uma abordagem orientada para a identificação e execução de projetos de interesse comum com base numa forte cooperação regional. Os projetos de interesse comum podem beneficiar de assistência financeira ao abrigo do Mecanismo Interligar a Europa (MIE), que já disponibilizou o cofinanciamento necessário a muitos projetos emblemáticos de infraestruturas. Com efeito, em virtude desse financiamento, alguns projetos de infraestruturas de gás essenciais para garantir a segurança energética encontram-se no bom caminho para serem concluídos nos próximos anos.

A política para as infraestruturas energéticas transeuropeias reflete o papel cada vez mais importante da eletricidade no sistema energético, devendo a energia renovável ser responsável por metade da produção de eletricidade até 2030, promovendo assim a descarbonização de setores até agora dominados pelos combustíveis fósseis.

O quadro financeiro plurianual 2021-2027 irá criar uma série de instrumentos para apoiar os investimentos nas redes de energia. Na primavera, o Parlamento Europeu chegou a um acordo político parcial sobre dois importantes programas que disponibilizam apoio financeiro da UE a um sistema energético europeu interligado: o MIE e o programa InvestEU. É crucial que o próximo quadro financeiro plurianual 2021-2027 assegure o orçamento necessário ao MIE-Energia. A Comissão propôs um orçamento de 8 650 milhões de EUR.

Neste contexto, irei implementar a nova vertente do MIE, que financiará projetos transfronteiriços no domínio das energias renováveis a partir de 2021. Trabalharei igualmente no âmbito do mecanismo de financiamento da energia renovável, como previsto no quadro da governação da União da Energia. Ao mesmo tempo, continuarei a assegurar uma gestão sólida do MIE, a fim de acelerar a concretização dos projetos de infraestruturas de interesse comum.

Promoverei igualmente a otimização do programa InvestEU, tirando partido do êxito do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), que já permitiu catalisar cerca de 6 mil milhões de EUR de financiamento para projetos transeuropeus no domínio da energia.

O papel do Grupo BEI e de outros futuros parceiros de execução do programa InvestEU será crucial para atingirmos os objetivos em matéria de clima e energia para 2030, assim como o objetivo das interligações.

Trabalharei estreitamente com os meus colegas a fim de assegurar a melhor utilização possível do financiamento da política de coesão no futuro, garantindo o financiamento necessário aos projetos de infraestruturas regionais e locais. No âmbito do atual quadro financeiro, a política de coesão tem sido o principal contribuinte para o setor da energia em volume de financiamento do orçamento da UE.

Procurarei aprofundar a cooperação regional, na medida em que esta já demonstrou o seu forte valor acrescentado para o desenvolvimento das infraestruturas transeuropeias. Temos agora de aprofundar a cooperação regional igualmente nos domínios das energias renováveis e da eficiência energética nos quatro grupos de alto nível: Plano de Interconexão do Mercado Energético do Báltico (PIMEB); Cooperação Energética entre os Países do Mar do Norte; interconexões no Sudoeste da Europa e Conectividade da Energia na Europa Central e do Sudeste (CESEC). Neste contexto, procurarei garantir igualmente a orientação estratégica e a coordenação para fazer avançar e concluir os projetos prioritários, nomeadamente o projeto de sincronização do Báltico.

**6a) Como irá, juntamente com os seus serviços, assegurar a coordenação eficiente com outros comissários cujos domínios de intervenção tenham um impacto na sua pasta, ou sejam afetados pela mesma, e em especial com o vice-presidente executivo indigitado para a pasta «Pacto Ecológico Europeu», o vice-presidente indigitado para a pasta «Relações Interinstitucionais e Prospetiva» (no que respeita à Aliança Europeia para as Baterias e aos aspetos energéticos da visão estratégica), a comissária indigitada para a pasta «Mercado Interno» (no que respeita à digitalização no domínio da energia), a comissária indigitada para a pasta «Transportes» (no que respeita às sinergias entre a energia e os transportes), a comissária indigitada para a pasta «Inovação e a Juventude» (no que respeita à investigação e inovação no domínio da energia), o comissário indigitado para a pasta «Economia» (no que respeita à revisão da Diretiva relativa à tributação da energia e à conceção de um imposto sobre o carbono nas fronteiras) e a comissária indigitada para a pasta «Coesão e Reformas» (no que respeita ao Fundo para a Transição Justa e à cooperação regional)?**

Atribuo uma grande importância ao princípio da colegialidade, pelo que irei colaborar plenamente com os outros membros do Colégio. No meu trabalho quotidiano, respeitarei os métodos de trabalho da nova Comissão, assentes nos princípios da inclusão e da cooperação leal entre todos os membros do Colégio. Certifico-me de que os meus serviços coordenam o seu trabalho eficazmente com os outros serviços que lidam com domínios de intervenção relacionados com a energia, garantindo assim que as políticas são coerentes e bem concebidas.

Trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente indigitado para o Pacto Ecológico Europeu e comissário indigitado para a Ação Climática, Frans Timmermans, e sob a sua orientação no que se refere ao Pacto.



Trabalharei também em estreita colaboração com o vice-presidente indigitado para as Relações Interinstitucionais e Prospetiva, Maroš Šefčovič, nos trabalhos sobre a Aliança Europeia para as Baterias, assim como com os Estados-Membros e outros interessados. Para tal, procurarei tirar partido da importante experiência por ele adquirida ao longo dos últimos cinco anos como vice-presidente para a União da Energia.

Coordenarei o meu trabalho com os esforços da comissária indigitada para o Mercado Interno, Sylvie Goulard, no que se refere à digitalização no setor da energia. As estreitas ligações existentes entre as inovações tecnológicas e o setor da energia manifestaram-se claramente nos últimos anos (basta pensar na integração inteligente dos setores da eletricidade, do aquecimento, dos transportes e da indústria). Por esta razão, iremos trabalhar em conjunto para reforçar a soberania tecnológica da Europa, analisando os investimentos realizados nas novas tecnologias, como a tecnologia de cadeia de blocos (*blockchain*) e a inteligência artificial, entre outras. Nesse espírito, e ao trabalhar na digitalização do setor da energia, contarei igualmente com a estreita cooperação da vice-presidente indigitada para Uma Europa Preparada para a Era Digital e comissária indigitada para a Concorrência, Margrethe Vestager.

A cooperação com a comissária indigitada para os Transportes, Rovana Plumb, será crucial para garantir o conceito de integração inteligente. A mobilidade sustentável e inteligente é fundamental para podermos adequar o setor dos transportes a uma economia limpa, digital e moderna. Neste contexto, pretendemos que os transportes rodoviários, marítimos e aéreos façam maior uso de combustíveis alternativos e sustentáveis.

Para avançarmos para um sistema de energia limpa, devemos promover a investigação e a inovação no domínio da energia. Para tal, tenciono cooperar com a comissária indigitada para a Inovação e a Juventude, Mariya Gabriel. Procurarei tirar o maior partido do programa Horizonte Europa, em especial no que se refere ao agregado «Clima, Energia e Mobilidade». Para atingir este objetivo, será crucial trabalhar com os Estados-Membros, com a comunidade de investigação, com a sociedade civil e com os outros comissários, assegurando que a investigação, a política e as prioridades económicas se complementam.

Juntamente com o comissário indigitado para a Economia, Paolo Gentiloni, contribuirei para a revisão da Diretiva relativa à tributação da energia, a fim de garantir a coerência com os compromissos já assumidos em termos de neutralidade climática e acabar com as subvenções aos combustíveis fósseis. Contribuirei ainda para a criação do imposto sobre o carbono nas fronteiras, um instrumento fundamental para evitar fugas de carbono, que deverá ser plenamente compatível com as regras da OMC. Neste espírito, esforçar-me-ei igualmente por aumentar a utilização do euro nos mercados da energia, pois, embora a UE seja o maior importador mundial de energia, cerca de 85 % das suas importações são atualmente pagas em dólares.

As pessoas e as regiões são os principais intervenientes na transição para um sistema energético mais limpo e eficiente. Por conseguinte, irei cooperar com a comissária indigitada para a Coesão e as Reformas, Elisa Ferreira, quanto à conceção e aplicação do novo Fundo para uma Transição Justa. O objetivo é garantir um apoio específico às regiões industriais, carboníferas e com uma utilização intensiva de energia, assim como às ilhas, no âmbito da iniciativa Energia Limpa para as Ilhas da UE. Conjuntamente, apoiaremos todos os esforços de cooperação regional no sentido de uma melhor integração dos mercados, mantendo sempre os consumidores no centro do sistema energético. Para demonstrar que os consumidores são

efetivamente prioritários nos nossos esforços, utilizarei o Observatório da Pobreza Energética para ajudar os Estados-Membros a identificarem as áreas que requerem maior apoio.

Fazendo parte de uma equipa, irei colaborar com todos os membros do Colégio, respeitando o princípio da colegialidade.

**6b) Como irá garantir pessoalmente a boa qualidade das propostas legislativas, a plena transparência das atividades dos grupos de interesse (dirigidas a si e aos seus serviços) e uma consulta coerente e equilibrada de todas as partes interessadas, tendo igualmente em conta a necessidade de realizar avaliações de impacto exaustivas, em especial no que diz respeito ao impacto para as PME de toda a legislação?**

Tenciono conceber, negociar e levar a cabo a política energética em absoluta consonância com as orientações políticas da presidente eleita e no pleno respeito dos princípios da transparência, da responsabilização, da colegialidade e da independência pessoal.

Garantirei que a legislação da UE no domínio da energia será eficaz, proporcionada e justa. Assegurarei igualmente que será elaborada com base num processo legislativo aberto, inclusivo, transparente e assente em dados concretos, respeitando plenamente os princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e da iniciativa «Legislar Melhor».

De acordo com as orientações políticas da presidente eleita, trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente indigitado Frans Timmermans e com os outros colegas a fim de concretizar o Pacto Ecológico Europeu. Tenciono conceber e propor políticas energéticas assentes numa avaliação de impacto aprofundada das consequências sociais, económicas e ambientais (analisadas pelo Comité de Controlo da Regulamentação independente), assim como na consulta aprofundada de peritos e cidadãos. Garantirei igualmente que as nossas propostas cumprem os princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade e demonstram claramente os benefícios da ação a nível europeu.

Tal como referi na minha resposta à pergunta n.º 3, tenciono aplicar o princípio «One In, One Out» a todas as novas propostas legislativas relacionadas com a União da Energia, a fim de assegurar uma maior integração das políticas energéticas e a coerência global do acervo em matéria de energia.

Procurarei minimizar os encargos regulamentares para as empresas, os cidadãos e as administrações públicas, em especial para as PME. Sempre que necessário, as avaliações de impacto serão apoiadas por um «teste PME», que exige a consulta específica das PME interessadas para apurar a natureza e a escala dos impactos que a iniciativa em causa pode ter junto das mesmas. A aplicação do princípio «One In, One Out» contribuirá assim para reduzir a burocracia.

Concordo plenamente com a necessidade de se consultar de forma coerente e equilibrada todos os interessados, sendo um aspeto essencial para a conceção da política energética, na medida em que esta afeta grandemente a vida dos cidadãos e as empresas. Para o efeito, tenciono auscultar e interagir ativamente com as partes interessadas externas, nomeadamente os principais interessados do setor da energia, as empresas, a indústria, a sociedade civil e as organizações não governamentais. Além disso, prosseguirei e reforçarei, sempre que possível, os mecanismos de consulta existentes e os fóruns no domínio da energia. Este aspeto é fundamental para assegurarmos uma transição justa, que não deixe ninguém para trás, em consonância com o espírito do Pacto Ecológico Europeu, como previsto pela presidente eleita.

Comprometo-me a fazer assentar as relações com as partes interessadas nas obrigações impostas pelo Tratado em matéria de independência, transparência, imparcialidade e disponibilidade. Como referi na minha resposta à pergunta n.º 2, publicarei nas respetivas páginas Web todos os contactos e reuniões que realizar com organizações profissionais ou independentes sobre todos os assuntos relativos à elaboração e execução das políticas da UE. Assegurarei que o meu gabinete e os serviços sob a minha tutela baseiam as suas relações com as partes interessadas nos mesmos princípios e obrigações, agindo em conformidade.

**7) Como irá, juntamente com os seus serviços, assegurar uma cooperação reforçada com a Comissão ITRE? Que medidas concretas tenciona tomar para garantir que a Comissão ITRE disponha, em tempo útil e de forma pró-ativa, das mesmas informações que o Conselho e os Estados-Membros, no concernente às iniciativas legislativas previstas ou a outras iniciativas importantes? Que medidas tenciona tomar para facilitar o controlo pela Comissão ITRE dos processos legislativos e não legislativos, fornecendo-lhe numa fase precoce todas as informações necessárias no quadro da preparação de atos legislativos, atos delegados e atos de execução, bem como para facilitar o acompanhamento da respetiva aplicação? Como tenciona assegurar que a Comissão ITRE seja corretamente informada e associada no quadro de acordos internacionais que se insiram no seu domínio de intervenção?**

Nas suas orientações políticas, a presidente eleita enunciou o objetivo de reforçar a parceria com o Parlamento Europeu. Pretendo apoiar todos os esforços envidados nesse sentido. A Comissão e o Parlamento já demonstraram anteriormente que partilham uma visão da política energética que garanta a todos os europeus energia segura, fiável e limpa, a um preço acessível. Neste contexto, a cooperação com o Parlamento Europeu e, nomeadamente, com a Comissão ITRE, continuará a ser da maior importância, tanto nas questões legislativas como não legislativas.

O meu objetivo é cooperar estreitamente com todos os deputados do Parlamento e prosseguir o diálogo estruturado com a Comissão ITRE em particular. Como referi nas respostas anteriores, terei sempre o maior prazer em participar nas reuniões da comissão, o que me possibilitará informar regularmente os seus membros sobre os atos legislativos, os atos delegados e os atos de execução. Além disso, a minha porta permanecerá aberta a todos os membros da comissão sempre que seja necessário procedermos a uma troca de pontos de vista ou debater alguma questão. Participarei também nas sessões de diálogo trilateral, a fim de preparar o caminho para os colegisladores poderem chegar a compromissos quanto às iniciativas legislativas.

Tal como previsto no acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento e a Comissão, garantirei a aplicação do princípio da igualdade de tratamento ao Parlamento e ao Conselho enquanto colegisladores, nomeadamente no que se refere à prestação de informações.

Juntamente com os serviços sob minha tutela, garantirei que todas as informações sobre as iniciativas legislativas previstas ou outras iniciativas importantes a fornecer ao Conselho sejam, sem demora, igual e proativamente partilhadas com a Comissão ITRE. Neste contexto, tenciono manter um contacto estreito com o Presidente da Comissão ITRE.

A presidente eleita Ursula von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu. Comprometeu-se a que os membros da Comissão tenham em conta as resoluções do Parlamento aprovadas por maioria dos seus membros com um ato legislativo, no pleno

respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e da iniciativa «Legislar Melhor». Subscrevo integralmente este objetivo e tenciono trabalhar em conjunto com o Parlamento em todas as fases das resoluções previstas no artigo 225.º do TFUE.

No caso dos atos delegados e de execução, garantirei o respeito dos artigos 290.º e 291.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Estou empenhada em garantir a correta aplicação destas disposições, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Justiça e com os critérios recentemente acordados entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão quanto à delimitação entre atos delegados e atos de execução. Tenciono igualmente aprofundar o diálogo com a Comissão ITRE, criada no último mandato, em especial no que se refere aos atos delegados. Esse aprofundamento contemplará a partilha equitativa de informações com o Parlamento e o Conselho, dentro do pleno respeito do acordo interinstitucional, assim como a troca de pontos de vista na Comissão ITRE sempre que se mostre necessário. Assegurarei igualmente que os meus serviços convidam o Parlamento a participar nos grupos de peritos em que sejam debatidos atos delegados. Tal como ficou acordado entre as três instituições no acordo interinstitucional «Legislar Melhor», os peritos do Conselho e do Parlamento devem ter acesso sistemático a todos os grupos de peritos que elaborem atos delegados.

A aplicação da legislação adotada pela UE é essencial para a credibilidade da União. Por esse motivo, estou plenamente empenhada em dar cumprimento às obrigações da Comissão em matéria de revisão e transmissão de informações ao Parlamento, facilitando assim a sua participação no controlo da aplicação da legislação da União.

Atendendo aos acordos internacionais em vigor nesta área, gostaria de envolver o Parlamento e de ter em conta os seus pontos de vista tanto quanto possível. A este respeito, os meus serviços e eu própria estaremos sempre disponíveis para informar regularmente a Comissão ITRE sobre a dimensão internacional sob minha tutela, nomeadamente quanto aos diálogos sobre a energia com países terceiros, a Comunidade da Energia, o Tratado da Carta da Energia, a Parceria Oriental e outros.

Ao negociar acordos internacionais em matéria de energia, cumprirei integralmente as disposições pertinentes do Tratado, assim como o acordo-quadro. Tal significa que, sempre que adequado, solicitaremos ao Conselho da UE diretrizes de negociação, solicitando a aprovação do Parlamento, se for caso disso. O Parlamento deve ser plena e imediatamente informado desses processos.

No domínio nuclear, a Comunidade Euratom é parte em todas as grandes convenções internacionais celebradas sob os auspícios da Agência Internacional da Energia Atómica, tendo concluído vários acordos de cooperação nuclear com países terceiros. Em conformidade com a prática acordada com o Parlamento Europeu, manteremos as comissões parlamentares competentes informadas de todos os acordos internacionais negociados com base no Tratado Euratom.